

A ALFABETIZAÇÃO DE VILA VELHA/ ES GERENCIADA POR RESULTADOS E ORQUESTRADE POR SETORES PRIVADOS

GUILHERME LUIZ FORMIGHERI¹
SARA GABRIELLE FONSECA RIBEIRO²
PRISCILA MONTEIRO CHAVES³

RESUMO

Este estudo trata da atuação do *Lyceum Consultoria Educacional* e da *Associação Bem Comum (ABC)* na Secretaria Municipal de Educação do município de Vila Velha/ES na implementação de políticas de alfabetização. Observou-se que vem sendo desenvolvidos modos de controlar os resultados quantificáveis da alfabetização, reduzidas a avaliações em matemática e português, em um rigoroso procedimento administrativo e informatizado de cobrança que flui desde a gestão escolar, de acordo com o modelo de avaliação unilateral em larga escala orientado pelas/para as demandas do mercado em estreita afinidade com a BNCC. Pela similaridade e decorrência direta, traçamos um paralelo entre Vila Velha e a política operada no estado do Ceará denominada PAIC – *Programa Alfabetização na Idade Certa*. Ademais, foram consideradas as repercussões formativas e político-ideológicas dessas políticas para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Estado Integral; Aparelhos Privados de Hegemonia (APH); Alfabetização; Vila Velha; PAIC; gerencialismo.

- 1 Mestrando em Educação na linha de pesquisa Educação e Linguagens no Programa de Pós-graduação – PPGE da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: guilherme_formigheri@hotmail.com
- 2 Mestranda em Educação na linha de pesquisa Educação e Linguagens no Programa de Pós-graduação – PPGE da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: saragabriellefr@gmail.com
- 3 Professora da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, priscila.chaves.ufes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo com esta pesquisa documental é compreender o sentido da atuação do *Lyceum Consultoria Educacional* e da *Associação Bem Comum* na Secretaria Municipal de Educação do município de Vila Velha/ES. Essas são entidades do Terceiro Setor que, em regime de colaboração com a administração municipal, têm implantado o que denominam de “cooperação técnica” direcionada especialmente às políticas de alfabetização, tanto operando mudanças diretamente no trabalho de alfabetização em sala de aula quanto constituindo novos mecanismos de gestão para esse trabalho, o que reflete em alterações no modo operativo da administração escolar e, sobretudo, na condução do trabalho docente.

Ambos os aparelhos privados do terceiro setor possuem uma confluência ideológico-política que os unifica em torno do projeto empresarial colocado em prática na cidade de Sobral/CE há mais de vinte anos, denominado *Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC*. Remetendo-se diretamente a esse conjunto de mudanças operadas primeiro no Ceará, usando os indicadores e índices educacionais correlatos como uma justificativa de êxito, a Associação Bem Comum, com sede em Fortaleza/CE, elabora e se centraliza- pelo *Programa Educar pra Valer (EpV)* – em parceria com a Fundação Lemann. Seu objetivo consiste em espalhar a experiência cearense por “[...] 50 municípios brasileiros que queiram empreender mudanças na gestão pública, educacional e pedagógica [...]” para que “[...] conquistem os níveis de aprendizagem esperados para sua série e idade” (EDUCAR PRA VALER, s. d.). Em seu site, contém a informação de que o programa iniciou em 2018 com cinco municípios e, já em 2019, expandiu para vinte e três, prevendo em 2021 o total de quarenta e oito municípios atendidos. No Espírito Santo, o programa está presente nos municípios de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Nova Venécia e Vila Velha (BEM COMUM, s. d.).

Na experiência do município de Vila Velha, por nós apreciada, temos a presença de um terceiro agente de colaboração empresarial, em uma espécie de “relação tripartite”. O Lyceum Consultoria Educacional foi criado em 2009, com sede em Sobral/CE. É encabeçado por Joan Edesson de Oliveira e Jocelaine Regina Duarte Rossi, ambos Mestres em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

(UFC) com atuação importante especificamente na cidade de Sobral, palco da experiência-modelo dos reformadores da alfabetização.⁴

No site da empresa de consultoria há um único artigo, de cinco páginas, intitulado *O que fazem as boas escolas*, no qual Oliveira e Rossi discutem a melhora na nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de algumas escolas públicas municipais. Segundo eles,

[...] escolas boas conseguem definir com clareza meridiana o seu foco: **a aprendizagem dos alunos**. A obviedade disso, sua limpidez, parece espantar ainda muitos dos nossos educadores. É preciso tratar a escola como um local de muitos problemas, mas também como espaço no qual vamos encontrar as soluções para esses problemas. É preciso compreender que há questões externas que interferem na aprendizagem dos alunos, muitas vezes graves, mas que, na sua maioria, são periféricas [...].

Há uma tríade fundamental para os bons resultados: trabalho efetivo na sala de aula; acompanhamento pedagógico; monitoramento por parte da Secretaria Municipal de Educação. A correta articulação dessa tríade e a sua eficaz execução levam a bons resultados (OLIVEIRA; ROSSI, s. d., p. 2, grifos do original).

A receita é clara: o primeiro parágrafo trata de afirmar que a escola deve resolver seus próprios problemas; o segundo, de estabelecer *como* isso pode ser feito. Visto que a noção de “aprendizagem” não é de nenhum modo algo óbvio, suscitando longas querelas que povoam a história da educação, o que parece espantar pela obviedade e superficialidade é o documento de natureza sucinta e sumariamente

4 O professor Joan Edesson de Oliveira foi “[...] o primeiro Superintendente de Gestão da Secretaria de Educação de Sobral, o primeiro Diretor da Escola de Formação Permanente do Magistério de Sobral e Consultor de Gestão da Secretaria de Educação Básica do Ceará, atuando na equipe que elaborou e implantou o Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC”; enquanto que Jocelaine Regina Duarte Rossi teve sua dissertação de mestrado estudando “[...] o impacto do PAIC em redes municipais de ensino” e “[...] foi professora do Ensino Fundamental na rede privada de ensino, formadora da Secretaria de Educação de Sobral. Foi a primeira Coordenadora Pedagógica da Escola de Formação Permanente do Magistério de Sobral, responsável por conceber e estruturar a política de formação da referida instituição” (CONSULTORIA LYCEUM, s. d.).

programática que a empresa de consultoria apresenta em seu site, documento que incorre em equívocos elementares como tratar as “questões externas” à escola, ainda que as considere graves, como questões que “[...] na sua maioria, são periféricas”. Essa afirmação, sabemos, trata-se de um equívoco de ordem ideológica que visa reduzir os problemas das redes públicas de educação enquanto problemas a problemas de gestão, particulares, e que por isso podem ser resolvidos internamente, enquanto desafios de gestão, visto que “[...] no interior da escola é muito forte o discurso da pobreza, da miséria, da *culpabilização* das famílias, quase nunca se atribuindo responsabilidade pelos resultados de aprendizagem dos seus alunos” (OLIVEIRA; ROSSI, s. d. p. 2). Há uma semelhança discursiva que beira o espelhamento no documento assinado pela Associação *Bem Comum* e pelo *Programa Educar pra Valer*, que traça o plano de ação para a cidade de Vila Velha.

Os graves problemas que infligem a escola desde o contexto ampliado da formação social brasileira não podem ser negados ou mesmo secundarizados se quisermos realmente compreender a educação de modo verdadeiro, tal relação é textualmente negada no discurso reformador, evadindo-se de pôr em xeque a relação que normaliza, num mesmo patamar histórico, indicadores socioeconômicos e indicadores educacionais. Pelo contrário, o discurso evasivo é o que sustenta que as reformas mirem prioritariamente no fracasso escolar como um puro e simples problema de gestão.

A centralidade do debate na eficiência do ensino e da gestão escolar encobriu a atualização da “segunda fila” – ou seja, do outro eixo de produção da escola, interligado ao eixo do ensino, mas irreduzível a ele – por meio da migração de novas tarefas assistenciais para o setor educacional e da posição estratégica atribuída à escolarização fundamental no novo contexto econômico-social. Trata-se de um eixo que, posto à margem da compreensão da escola, permitia ao governo operar, com razoável liberdade, mediante a “política educacional”, um leque de aspectos e ações que, a rigor, se inscreviam num programa, bem mais amplo, de reforma política social (ALGEBAILLE, 2009, p. 82-3).

Além da escola estar inserida num contexto ampliado que a define, também as políticas educacionais estão, de modo complementar, com as contrarreformas em curso. Como nos fala Algebaile (2009, p. 23), temos na escola pública uma “[...] hipertrofia para o trabalho simples”, “[...] a sociedade que se produz na desigualdade, quando impelida a universalizar a educação básica, o faz de forma desigual e dual”.

Nenhum trabalhador da educação que porte uma formação de qualidade deixará de defender a melhora da educação pelas vias do trabalho “efetivo” na sala de aula e do complementar acompanhamento pedagógico. Há aqui, no entanto, um elemento novo, um terceiro pilar da “tríade” que representa de modo especial o programa da consultoria privada: “[...] monitoramento por parte da Secretaria Municipal de Educação”. Tomando atenção para o uso do verbo “monitoramento”, essa passagem alude ao controle e fiscalização de resultados na alfabetização a partir do desempenho nas avaliações em larga escala, como é o caso do IDEB tomado quase sempre como ponto de partida (inquestionável) da discussão. A esse respeito tomemos as palavras dos intelectuais orgânicos da consultoria privada quando falam de sua experiência exitosa:

Passou a se desenvolver, em muitos municípios, políticas públicas de educação focadas nos resultados, na aprendizagem dos alunos. No Ceará, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) é o carro-chefe da Secretaria de Educação, apontado como o principal responsável pelo desempenho dos municípios. O PAIC é, sem dúvida, o mais bem sucedido programa de gestão educacional, componente de uma política educacional estruturada, no Ceará, em todos os tempos. O PAIC ajudou muito a reposicionar a discussão sobre o fracasso escolar e a trazer à tona a discussão central sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Há uma pressão grande da sociedade sobre os governos, sobre as escolas. Quando o Ministério da Educação divulga os resultados, permitindo que se comparem municípios, estados e escolas entre si, isto gera uma pressão e um questionamento: por que tal escola é melhor do que outra? Por que o município A, pobre, miserável, tem resultados melhores do que o município B, nas mesmas condições? No Ceará, o processo de redistribuição do ICMS com base em critérios que privilegiam aqueles municípios

que têm melhor desempenho na educação também ajuda nessa pressão. Tudo isso contagia a sociedade, alimenta a pressão social exercida sobre os governos (OLIVEIRA; ROSSI, s. d., p. 2).

A redenção do fracasso social pela via da gestão escolar por resultados está posta e o PAIC é apresentado como “o mais bem sucedido programa de gestão escolar” brasileiro. Além disso, na explicação da consultoria empresarial-contrarreformista, os recursos devem ser destinados sob a pressão da competitividade por recursos públicos, continuando dentro do funcionamento de entidades públicas e estatais (*stricto sensu*) a mesma dinâmica ampliada estabelecida entre capitalistas privados no mercado de trocas. Há a defesa explícita da escola como uma empresa que vende resultados e com isso consegue captar mais recursos públicos, como vimos amargando nos últimos anos.

O documento programático do site da Lyceum Consultoria afirma que o “[...] acompanhamento pedagógico, função do coordenador da escola, se dá na sala de aula. Essa é a primeira premissa: a sala de aula é o local de trabalho do coordenador pedagógico da escola tanto quanto do professor” (OLIVEIRA; ROSSI, s. d., p. 3). À primeira vista, pode se tratar de uma tentativa de desenvolver um tipo de gestão mais informada acerca do trabalho dos professores e da aprendizagem dos alunos, o que é algo importante sem dúvidas, mas diante do quadro da maioria das escolas públicas atuais, de déficit de pessoal no quadro administrativo acaba por gerar um acúmulo de funções e uma cobrança exacerbada nos profissionais do apoio pedagógico. Essa abordagem gerencialista reforça a implementação das atuais políticas educacionais enquanto aplicação desde a gestão escolar. O que se pretende é apertar as amarras para operar as reformas pretendidas. “A boa escola precisa de um bom maestro, capaz de reger com precisão os seus músicos na execução da sinfonia da aprendizagem. É este o bom desafio que nos espera” (OLIVEIRA; ROSSI, s. d., p. 3). O bom maestro, nesse caso, não diz respeito ao professor, mas ao gestor escolar. O que temos visto incessantemente é o modo como cada vez mais a educação, e conseqüentemente a alfabetização, vai deixando de ser uma questão de formação (tanto de alfabetizadores quanto de leitores) pra se tornar uma questão de gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em parceria com a Fundação Lemann, os aparelhos privados em tela buscam a “[...] construção de uma política pública educacional que assegure a alfabetização das crianças na idade certa e a aprendizagem adequada dos conteúdos nas séries iniciais do Ensino Fundamental [...]”, realizando seu intento a partir de uma investida “[...] na implementação de boas práticas de gestão educacional e pedagógica [...]”, visando ao “[...] protagonismo dos gestores e das equipes técnicas de cada município” (BEM COMUM, s. d., p. 4). Por estranho que possa parecer, estamos falando de um processo de alfabetização desde a gestão escolar, cuja sala de aula e o professor aparecem como um meio de campo inevitável para isso. O documento que estabelece o plano de ação para o município de Vila Velha explicita cinco objetivos dos aparelhos reformados que valem serem listados aqui.

- Consolidar o aprendizado da alfabetização até os 07 anos de idade.
 - Oferecer programa de apoio para alfabetizar as crianças do terceiro ao quinto ano que não foram ainda alfabetizadas.
 - Elevar o percentual de alunos no nível adequado em língua portuguesa e matemática de acordo com os parâmetros de avaliações externas nacionais.
 - Melhorar o fluxo escolar: eliminar o abandono e elevar o índice de aprovação do município, pensando estratégias responsáveis para melhorar a aprendizagem.
 - Superar as metas do IDEB previstas pelo Ministério da Educação (BEM COMUM, s. d. p. 4).

Dentre os cinco objetivos, apenas dois tratam diretamente da alfabetização – vemos que a idade certa é sete anos; e três objetivos se relacionam direta ou indiretamente com processos de avaliação, sejam nacionais externas, como é o caso do IDEB, ou objetivando melhorar índices de aprovação, além do foco explícito nas disciplinas de português e matemática, como as contrarreformas curriculares que vimos sofrendo historicamente demonstram. Vemos, assim, que o foco não é apenas a alfabetização, mas fundamentalmente a operação de mudanças qualitativas na estrutura da escola, na relação entre gestores(as), pedagogos(as) e professores(as).

O processo de assessoria técnica consiste inicialmente em realizar um diagnóstico da rede de ensino a fim de colocar em prática um amplo plano de ações⁵ de duração de quatro anos que busca realizar os cinco objetivos listados acima. Prestemos atenção em três ações que são complementares: “auxílio na reorganização de processos internos das secretarias municipais e suas redes”; “disponibilização e apoio à realização de avaliações diagnósticas e formativas e realização de avaliações somativas externas”; “disponibilização de sistema informatizado, denominado Sistema de Avaliação Educar pra Valer (SAEV)”. As três ações confluem para realizar uma alteração na estrutura administrativa da escola com a finalidade da consolidação de uma escola voltada para resultados, que há muito vem sendo cobrada e que ainda não se realiza com plenitude, segundo o que demandam. Possui sua dinâmica interna orientada e organizada a partir de procedimentos avaliativos internos e principalmente orientada à avaliação externa em larga escala e a busca pela melhora dos indicadores. Ainda que essa orientação venha acontecendo há bastante tempo nas escolas brasileiras, o que nos deparamos no caso de Vila Velha é o controle mais ostensivo desse gerencialismo.

Para auxílio nessa tarefa de controle total, buscam a implantação da informatização enquanto ferramenta de controle técnico dos processos, similar ao controle informatizado das relações dentro

5 O plano de ações conta com uma lista de doze tópicos que descrevem o que fazer, que são listados a seguir na íntegra: “Elaboração e devolutiva do diagnóstico inicial da rede; Apoio na construção e no acompanhamento de um plano de ação focado na melhoria da aprendizagem e sucesso dos alunos; Auxílio na reorganização de processos internos das secretarias municipais e suas redes; Disponibilização e apoio à realização de avaliações diagnósticas e formativas e realização de avaliações somativas externas; Disponibilização de sistema informatizado, denominado Sistema de Avaliação Educar pra Valer (SAEV); Leitura e interpretação de resultados das avaliações e norteammento de reflexões sobre sua consequente repercussão na formação e intervenção pedagógica, assim como na gestão; Realização de formações para gestores da secretaria, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, formadores e professores, de forma a subsidiar a estruturação da política de formação de profissionais da rede educacional; Disponibilização de material didático estruturado para professores e alunos; Suporte à implementação de acompanhamento às escolas; Suporte na definição de estratégias de incentivo e valorização dos profissionais da rede; Consultoria para a definição de estratégias para dar continuidade e sustentabilidade às conquistas educacionais; Realização de seminários regionais e eventos nacionais para compartilhamento de experiências e troca de aprendizados entre as gestões municipais” (BEM COMUM, s. d., p. 5).

das estruturas de empresas do setor privado, que servem para conformar o comportamento desde a demanda por resultados, através do despotismo impessoal das planilhas de resultados (e falhas), visto que a “leitura e interpretação de resultados das avaliações e norteammento de reflexões sobre sua consequente repercussão na formação e intervenção pedagógica, assim como na gestão” são procedimentos normativos a serem adotados. O que se busca é “fortalecer a autonomia das escolas (financeira, administrativa e pedagógica)” na *aplicação* das reformas educacionais em curso. Com isso, vemos que a referida autonomia está, na verdade, presente apenas quando se trata de seguir as orientações e propostas, não de fato a autonomia educacional que tanto lutamos para conseguir.

Resta ao aparelho privado de hegemonia o papel mais importante que consiste em “definir critérios técnicos para a seleção e avaliação do desempenho de gestores escolares” e “organizar a formação continuada de gestores e professores [...]” (BEM COMUM, s. d., p.13), isto é, dirigir o diretor, gerir a equipe gestora e, no caso em tela, reconverter os alfabetizadores. Em outras palavras, não precisa controlar a escola inteira (o que daria bastante trabalho), basta agir de forma cirúrgica sobre os quadros de comando.

Vemos, portanto, que o apelo à alfabetização “pra valer” diz respeito ao desenvolvimento de modos de controlar os resultados quantificáveis da alfabetização⁶, cada vez mais ostensivos e avasadores – bem como das avaliações em matemática e português, desde um rigoroso procedimento administrativo e informatizado de cobrança que flui desde a gestão escolar, de acordo com o modelo de avaliação em larga escala, que sabemos, é grandemente orientado para as demandas do mercado.

6 Lê-se no plano de ação da Associação Bem Comum: “O fato de a meta ser mensurável possibilita a definição de indicadores. Os indicadores são capazes de fornecer as informações das quais a gestão precisa para saber se está perto ou longe de alcançar a meta. Se a meta é ter 90% das crianças lendo fluentemente e em agosto só tem 10% das crianças lendo, há que se rever as ações para realinhá-las de acordo com a meta estabelecida” (BEM COMUM, s. d., p. 10). Também temos diretamente as “**Metas que serão monitoradas anualmente:** 1) Meta de alfabetização - percentual de crianças alfabetizadas: no segundo ano. 2) Ideb e percentual de crianças nos melhores níveis do ensino fundamental anos iniciais. 3) Matrícula da Educação infantil (4 e 5 anos) (BEM COMUM, s. d., p. 11, grifos do original).

Devido à centralidade dada ao uso da experiência cearense – e em especial à sobralense – como modelo a ser seguido por outras redes municipais em outros estados, detivemos maior atenção a ela. Inclusive, observamos em Vila Velha o acompanhamento de profissionais saídos diretamente da atuação em Sobral, como é o caso da presença da empresa sediada em Fortaleza/CE, *Lyceum Consultoria Educacional*, demonstrando ser um exemplo de profissionais provenientes da rede pública que aderem à criação de entidades privadas de consultoria para atuar novamente nas redes públicas desde um lugar legitimado. Reforça-se, cada vez com mais naturalidade, a simbiose entre o público e o privado, uma sobreposição de papéis e uma lógica de atuação unívoca a fim de levar a cabo aquilo que talvez se configure na história recente como a experiência localizada de mais vigorosa “descentralização orquestrada” (BRAVO; RIBEIRO; CRUZ, 2021, p. 2914) das contrarreformas educacionais em curso: uma descentralização (municipalização) fortemente centralizada pelo ente federado em acordo com agentes do grande empresariado e intermediários. Essa atuação unívoca se configura como a característica central do Estado Integral aos moldes nacionais, onde instituições públicas do Estado *stricto sensu* comportam setores da sociedade-civil burguesa como engrenagens fundamentais de seu modo de operação, a fim de operar consensos e fazer agir a hegemonia cultural (GRAMSCI, 2007).

Forjou-se no Ceará um laboratório de experiências a partir do qual se poderia paulatinamente transpor o mesmo *modus operandi* enquanto política nacional usando, para tal, a “experiência exitosa” dos números cearenses. Talvez a decorrência mais considerável consistiu no PNAIC – *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*, que entrou em vigor em fevereiro de 2013. Devido a relevância da experiência cearense, passemos a ponderar brevemente sobre sua gênese.

O processo de elaboração do Programa Alfabetização na Idade Certa teve início em 2005, inspirando-se na experiência de Sobral (CE) e seguindo as recomendações do relatório produzido pelo Comitê da Assembleia Legislativa Cearense sobre a problemática do analfabetismo escolar. Por meio de uma cooperação entre a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) do Ceará e a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), e com apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações

Unidas para a Infância (Unicef), o Programa tinha como objetivo apoiar os municípios para elevar a qualidade da alfabetização das crianças (BRASIL, 2005; CEARÁ, 2012).

Ao longo dos anos de 2005 e 2006 “[...] o Programa envolveu 56 municípios sob coordenação não governamental, com apoio financeiro do Unicef”, ocasião em que foram realizados “[...] seminários e orientações aos secretários municipais por meio de assessoria técnica sobre gestão e avaliação externa, funcionando como um programa piloto [...]”, sendo lançado de fato “[...] como política pública em 2007 e institucionalizado por meio da Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007” (BRAVO; RIBEIRO; CRUZ, 2021, p. 2915).⁷

O Paic, no estado do Ceará, constitui uma novidade também de natureza jurídica, vide a proporção da reestruturação legal da qual demanda para se fixar na estrutura do Aparelho de Estado. As autoras Bravo, Ribeiro e Cruz (2021) elencam onze (11) leis promulgadas e cinco (5) decretos baixados em função do Programa no período entre 2007 e 2016, a maioria deles coincidindo com o executivo do estado sob o cargo do governador Cid Gomes (PDT). Na tabela abaixo elencamos as principais normativas jurídicas que dão sustentação para a intervenção política em tela, ao mesmo tempo em que revelam sua estrutura, dão indícios dos atores políticos envolvidos no processo, bem como sua ideologia.

Ano	Tipificação	Descrição
2007	Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007.	Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – Paic;
2009	Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009. (Revogado pela Lei nº 15.923, de 15.12.15)	Cria o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com o melhor resultado no índice de Desempenho Escolar-Alfabetização - IDE - Alfa, e dá outras providências;

7 “À época, por reconhecer a alfabetização como prioridade, o objetivo do Programa era alfabetizar todos os alunos cearenses até o segundo ano do Ensino Fundamental. Para tal, em regime de colaboração com os municípios, o Paic foi organizado em cinco eixos: (1) Educação Infantil; (2) Gestão Pedagógica Alfabetização e Formação de Professores; (3) Gestão da Educação Municipal; (4) Formação do Leitor; e (5) Avaliação Externa de Aprendizagem” (BRAVO; RIBEIRO; CRUZ, 2021, p. 2915).

Ano	Tipificação	Descrição
2011	Lei nº 14.949, de 27 de junho de 2011	Acrescenta dispositivo à Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009, e dá outras providências. Ampliação do IDE-ALFA para o 5º ano do Ensino Fundamental, avaliando português e matemática.
2011	Lei nº 15.052, de 06 de dezembro de 2011. (Revogado pela Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015)	Ampliação do Programa Escola Nota Dez para 2º e 5º anos do Ensino Fundamental, avaliando português e matemática.
2015	Lei nº 15.921, de 15 de dezembro de 2015 (Altera a Redação do Caput do Art. 2º da Lei Nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007.)	Ampliação do Programa para todo o Ensino Fundamental, se transformando no Programa Aprendizagem na Idade Certa.

Quadro 1. Resumo dos principais dispositivos legais do Programa Paic. Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados de Bravo, Ribeiro e Cruz (2021).

O primeiro aspecto a se observar é a elaboração concomitante de dois outros instrumentos acessórios ao Paic, um de caráter avaliativo e outro de caráter bonificatório, que são respectivamente o *Índice de Desempenho Escolar-Alfabetização - IDE - Alfa* e o *Prêmio Escola Nota Dez*. Em seguida, percebemos a expansão do Programa, principalmente a partir de 2011, ano da reeleição de Cid Gomes, antes destinado aos alunos até 2º ano, depois ampliado ao 5º ano. Em 2015, ao término do primeiro ano de mandato do então governador Camilo Santana (PT), passa a abranger o Ensino Fundamental por completo, sendo rebatizado de “Mais Paic”, com objetivo de que “[...] todos os alunos cearenses cheguem ao 9º ano do Ensino Fundamental sem distorção idade-série e com domínio das competências de leitura, escrita, cálculo e ciências adequadas à sua idade e ao seu nível de escolarização”, momento em que também os eixos do Programa são modificados. A partir daí, o Mais Paic passa a ser organizado da seguinte forma: “[...] (1) Gestão da Educação Municipal; (2) Ensino Fundamental I; (3) Ensino Fundamental II; (4) Educação Infantil; (5) Literatura e Formação do Leitor; e (6) Avaliação Externa” (BRAVO; RIBEIRO; CRUZ, 2021, p. 2917). Em 2018 novas resoluções entram em vigor para adequar o Paic – agora Mais Paic – à Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Destacamos, com isso, que consiste numa política de continuidade e rápida ampliação, surgida inicialmente em Sobral/CE e estendida para todo Ceará pela atuação conjunta do legislativo estadual, sob a égide de governos de

centro-esquerda (PT e PDT) no executivo, além da marcante atuação direta da Unicef – *Fundo das Nações Unidas para a Infância*.

Freitas (2018), ao se referir às reformas empresariais da educação, toca nas políticas implementadas na cidade de Sobral/CE, sede do programa Educar pra Valer, que tem sido, segundo o autor, o “milagre do Texas” brasileiro. “Como disse o prefeito da cidade a uma reportagem da Folha de S. Paulo (Takahashi, 2015): ‘A nossa preocupação é com o arroz com feijão bem feito, sem pedagogês que não dá resultado’ (FREITAS, 2018, p. 136)”. O não uso do “pedagogês” ao qual o prefeito se refere, diz respeito a substituição das produções acadêmico-científicas do campo da alfabetização e a formação integral que almejamos, pelo “arroz e feijão” diário presente no currículo e cobrado nas constantes avaliações. No material produzido, e ainda não utilizado pela Rede Municipal de Vila Velha, encontramos um exemplo de rotina pedagógica a ser seguida.

SUGESTÃO DE ROTINA DA AULA

1º dia	2º dia	3º dia	4º dia	5º dia
Acolhida (10 minutos)	Acolhida (10 minutos)	Acolhida (10 minutos)	Acolhida (10 minutos)	Acolhida (10 minutos)
Correção da tarefa (20 minutos)	Correção da tarefa (20 minutos)	Correção da tarefa (20 minutos)	Correção da tarefa (20 minutos)	Correção da tarefa (20 minutos)
Passo a passo de linguagem (75 minutos)	Passo a passo de linguagem (75 minutos)	Passo a passo de linguagem (75 minutos)	Passo a passo de linguagem (75 minutos)	Passo a passo de linguagem (75 minutos)
Atividades a cargo do professor (30 minutos)	Atividades a cargo do professor (30 minutos)	Atividades a cargo do professor (30 minutos)	Atividades a cargo do professor (30 minutos)	Atividades a cargo do professor (30 minutos)
Matemática (45 minutos)	Outras disciplinas (45 minutos)	Matemática (45 minutos)	Outras disciplinas (45 minutos)	Matemática (45 minutos)
Leitura compartilhada (20 minutos)	Leitura compartilhada (20 minutos)	Leitura compartilhada (20 minutos)	Leitura compartilhada (20 minutos)	Leitura compartilhada (20 minutos)
Explicação da tarefa de casa (10 minutos)	Explicação da tarefa de casa (10 minutos)	Explicação da tarefa de casa (10 minutos)	Explicação da tarefa de casa (10 minutos)	Explicação da tarefa de casa (10 minutos)

Figura 1: Quadro de sugestão de rotina de aula – Caderno *Orientações gerais: língua portuguesa e matemática 1º ano*

Fonte: Caderno de orientações gerais, Lyceum Consultoria Educacional, 2021

Podemos observar no quadro de sugestão de rotina que o tempo para cada atividade é cronometrado e que há constantes repetições de tarefas. Um dos destaques do Programa é a igualdade entre as escolas do município, o exemplo de rotina é trazido nas orientações como meio de nortear os professores e fazer com que em cada escola alcance os mesmos resultados nas avaliações.

Vemos que o foco na avaliação acaba por minar todo o trabalho pedagógico, mudando o curso das atividades, orientações teóricas e mesmo dos conteúdos a serem trabalhados. É consenso que dificilmente os percursos de uma formação ampla, omnilateral, de uma apropriação de visão de mundo concreta da realidade sócio-histórica pelos alunos possa ser constatada por procedimentos das avaliações técnicas, por seu caráter unilateral, ocasional e de estrutura rígida, organizada por critérios fixos de português e matemática. O que ocorre é que a gerência dos resultados é facilmente a gerência de todo processo. O velho ponto de chegada, enquanto mercadoria final disposta *em lista* numa tabela, fatalmente encobre em si as relações humanas que conduziram sua produção. O processo pelo qual se chega aos resultados não é de todo controlável, uma vez que entre alunos e planilhas de resultados há uma distância considerável, nessa distância perpassam muitas mãos burocráticas. O fato é que a educação por resultados se torna facilmente manejável pelos interesses dos grupos empresariais contrarreformadores. No entanto, em toda essa constatação disso que poderíamos chamar de “alfabetização gerenciada bidimensional” (porque afinal, apenas diz respeito a português e matemática), o que deveríamos nos ater é naquilo que fica de fora: todo o resto do alfabeto.

CONCLUSÃO

A compreensão das políticas de alfabetização resta comprometida quando apartadas da concepção gramsciana de Estado – cuja incorporação da Sociedade Civil burguesa em sua dinâmica de reprodução é sem dúvida a chave teórico-metodológica fundamental. Isso tem se acirrado nesse último decênio, em que nos deparamos com uma atuação estreita de aparelhos privados, institutos e ONGs de financiamento empresarial direto ou indireto, recentemente rebatizadas de OSCS – *Organizações da Sociedade Civil* (EVANGELISTA, 2022),

que possuem livre trânsito nos aparelhos públicos, nas secretarias de educação municipais e estaduais, enquanto que órgãos executivos tradicionais são esvaziados de seu papel de direção e gerência, a título do Ministério da Educação, com seus escândalos e alta rotatividade de ministros, que têm se restringido a atuar como porta-estandarte moral.

Observamos uma notável complexificação da sociedade civil brasileira nesse período, que precisa ser levada em conta quando debatemos acerca da hegemonia, educação e construção de consensos. Por fim, é necessário dizer que as influências internacionais não foram devidamente postas em tela nos limites deste escrito, pois nos detivemos a problematizar e denunciar o que vem ocorrendo dentro da rede de aparelhos privados que influem na educação. Quanto a essa lacuna, consideramos fulcral retomar o peso decisório dos organismos multilaterais em originar a experiência cearense e algumas outras que dela decorrem, cujos intermediários, por mais articulados e “autônomos” que pareçam, não passam de continuadores da política operada por seus sócios maiores.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola Pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

BEM COMUM. Associação Bem Comum. **Planejando as políticas educacionais: Vila Velha – ES** (plano de ação). S. d.

BEM COMUM. Associação Bem Comum. **Programa Educar pra Valer**. S. d. Disponível em: <<https://abemcomum.org/programa-educar-pra-valer/>>. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BRAVO, M. H. A.; Vanda Mendes RIBEIRO, V. M.; CRUZ, M. C. M. T. O programa Aprendizagem na Idade Certa (Paic) segundo artigos acadêmicos

brasileiros. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 3, p. 2910-2932, set./dez. 2021. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i3.15560>.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem**: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará. Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2012.

CONSULTORIA LYCEUM. Lyceum Consultoria Educacional Ltda. **Nosso Time**. S. d. Disponível em: <<https://consultorialyceum.com.br/>>. Acesso em 01 jun. 2022.

EDUCAR PRA VALER. **Programa Educar pra Valer**. S. d. Disponível em: <<https://educarpravaler.caedufjf.net/avaliacao-educacional/educar-para-valer/>>. Acesso em 01 jun. 2022.

EVANGELISTA, O. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. **Revista Outubro**. Vol. 35. 2022. pp. 164-194

FREITAS, L.C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, vol. 3. **Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, J. E.; ROSSI, J. R. D. Lyceum Consultoria Educacional Ltda. Artigo: **O que fazem as boas escolas**. p. 1-5. S. d. Disponível em: <<https://consultorialyceum.com.br/o-que-fazem-boas-escolas/>>. Acesso em 01 jun. 2022.

OLIVEIRA, J. E.; ROSSI, J. R. D. **Orientações Gerais – Língua Portuguesa e Matemática – 1º ano**. Sobral: Lyceum Consultoria Educacional Ltda, 2021.